

h

**ORÇAMENTO E  
GRANDES OPÇÕES  
DO PLANO**

**Ano 2015**

OUTUBRO 2014



## **Enquadramento estratégico**

A atividade municipal em 2014, tem sido desenvolvida e marcada por num novo paradigma, não só na sequência da mudança de executivo em resultado do último ato eleitoral, mas acima de tudo porque no centro das nossas preocupações passou a estar o apoio social às famílias que mais precisam e às classes mais vulneráveis, infelizmente em número crescente neste concelho.

Por outro lado, o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015, assenta numa nova filosofia e exige uma nova engenharia financeira para a sua elaboração, em muito condicionada pela forma de apuramento da receita previsional, em especial no que se refere às receitas provenientes da venda de bens de investimento, que por força do preceituado no artigo 253º da Lei n.º83-C/2013 de 31 de Dezembro, apenas permite inscrever como previsão de receita desta natureza o valor correspondente à média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses, com a venda de bens de investimento.

Ora, este Município, detentor de um grande ativo em Imobilizado Corpóreo, resultado do investimento contínuo ao longo dos últimos anos, vê-se agora prejudicado, por não ter no seu histórico vendas de ativos, por nunca ter necessidade para o desenvolvimento da sua atividade.

Este paradoxo, condiciona em muito, o desenvolvimento de projetos em curso, ou agora sonhados e sentidos como imprescindíveis para Castro Marim.

Por outro lado, 2015 é um ano de transição de Quadro Comunitário de Apoio, sabendo-se que os projetos aprovados e em execução têm que estar obrigatoriamente física e financeiramente nele terminados, o que só por si, determina a sua prioridade máxima e aí, destaca-se a obra da Estrada Altura – Furnazinhas; Mercado Municipal de Altura; a construção da ciclovía na EN 125 – 6; a substituição das luminárias para sistemas mais eficientes; Modernização Administrativa dos Serviços Municipais e a aquisição de equipamento para a Limpeza de Praias.

Mesmo assim, propõe-se o executivo municipal ao arreigamento de uma política social ativa, resultado da experiência passada, e que se traduzirá numa proposta de alteração do regulamento em curso, por forma a afinar o espectro dos apoios quer na área social, saúde, educação e/ou empregabilidade.

Por estes motivos e por todo o contexto socio-económico que nos atravessa, temos consciência que hoje, os recursos disponíveis, para a execução de todos os projetos planeados, desenvolvidos e consensualizados ao longo dos anos, para além de muito mais limitados, exigem assim hierarquização de prioridades. Alguns dos equipamentos e obras estruturantes inscritos ao longo dos anos nos Planos Plurianuais de Investimento, assumem-se como projetos estruturantes em carteira, mas sem compromisso financeiro, passando-se à sua orçamentação, logo que haja uma alteração positiva no apuramento da receita, agora, previsional.

Impera a criatividade, vontade e solidariedade na gestão daquilo que está à nossa guarda, e em especial na dinamização dos equipamentos entretanto construídos e reabilitados, desde a Casa de Odeleite, Moinho das Pernadas, Castelo, Revelim de Santo António, Biblioteca e Casa do Sal, através de captação de novos públicos e a criação de rotas turísticas, à responsabilidade da Empresa Municipal NOVBAESURIS, que passou um ano de 2014 muito conturbado no seu funcionamento, face ao desejado e planeado.

No cartaz cultural, procuraremos manter toda a programação afirmada ao longo dos anos, com a consciência plena, de que os Dias Medievais em Castro Marim, são a marca cultural mais internacional de que dispomos e queremos potenciar.

Este orçamento e plano plurianual de investimentos, resulta de um processo de construção partilhada, onde acima de tudo estão as preocupações com a ação social e a intervenção comunitária, na esperança de, num futuro próximo, podermos reafectar essas verbas para outros investimentos.

Reafirmamos a consciência que a ultrapassagem deste período depressivo passará pela retoma da economia e nós, câmara, não devemos ser um obstáculo ao investimento,

mas sim, pelo contrário, devemos ser uma entidade facilitadora e apoiante ativa das empresas geradoras de riqueza e de emprego.

O abastecimento de água a toda a população é um desígnio prioritário deste município. Tal como o bom estado das suas estradas, a limpeza das suas ruas e a requalificação dos seus espaços urbanos. Também será importante a criação de infraestruturas básicas de apoio ao desporto, à educação, à saúde, à cultura, ao lazer e à 3ª idade.

Este orçamento de 2015 está bastante articulado com aquilo que estimamos e queremos para 2016 e como tal, encetaremos processos de concursos para a Construção e Exploração da Guest House e do Hostel, projetados para Castro Marim, assim como processos para alienação de lotes, propriedade do município, ou que estão a si avalisados por forma a viabilizar processos como seja o do Urbanização da Lupamar.

Uma palavra final de reconhecimento a todos os que colaboraram na elaboração deste documento, desde os presidentes das juntas de freguesia, a todos os membros do executivo e assembleia municipal, aos dirigentes associativos e de coletividades e aos técnicos desta Câmara Municipal.

Não é o Orçamento ideal, mas sim o possível. Assim e apesar das dificuldades, tudo continuaremos a fazer para tornar a vida dos castro-marinenses menos difícil, mais agradável e acima de tudo mais solidária.



## 1 - RECEITA:

Em relação aos seguintes capítulos:


- 01 - Impostos diretos;
- 02 - Impostos indiretos;
- 04 - Taxas, multas e outras penalidades;
- 05 - Rendimentos da propriedade;
- 07 - Venda de bens e serviços correntes;
- 08 - Outras receitas correntes.

A receita foi calculada tendo por base o que vem estabelecido nas regras previsionais da alínea a) do ponto 3.3.1., do POCAL, que a seguir se transcreve:

*“a) As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, excepto no que respeita a receitas novas ou a actualizações dos impostos, bem como dos regulamentos das taxas e tarifas que já tenham sido objecto de deliberação, devendo-se, então, juntar ao orçamento os estudos ou análises técnicas elaborados para determinação dos seus montantes;”*

Em relação ao **capítulo 01** Impostos diretos, propõe-se a inscrição das seguintes rubricas, com carácter residual, pela importância de 10€:

- 01020702 – Imposto municipal de sisa
- 01020703 – Imposto municipal sobre veículos
- 01020799 – Outros impostos abolidos
- 010299 – Impostos diretos diversos



No que concerne à previsão de receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis, foi tido em conta o valor arrecadado em 2013, como previsão para 2014, uma vez que, devido à avaliação dos prédios urbanos efetuada em 2012 pela Direção Geral de Contribuições e Imposto, houve um acréscimo significativo na receita arrecadada em 2013 e 2014. Acréscimo esse que ainda foi limitado pelo regime de salvaguarda, que se encontra estipulado no art.º 15º - O, da Lei n.º 60-A/2011 de 30 de Novembro.

No **capítulo 02** Impostos indiretos, propõe-se a inscrição da seguinte rubrica, com caráter residual, pela importância de 10€:

- 0202069902 - Taxa de depósito da ficha técnica da habitação.

Esta rubrica, inclui as receitas da cobrança da taxa de depósito da ficha técnica da habitação, cobrada pelos municípios no âmbito do n.º 3 do artigo 5.º e do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março, no caso de ser paga por uma unidade empresarial.

Ainda no **capítulo 04**, foi inscrito na rubrica 04.02.99 Multas e penalidades diversas, para além do valor médio cobrado nos últimos 24 meses, o valor de 1.336.422,58€, resultantes da aplicação de multas, no decorrer da execução de algumas obras municipais, cujos processos decorrem os necessários trâmites legais.

No **capítulo 05** – Rendimentos de Propriedade, propõe-se a inscrição das seguintes rubricas com um valor residual de 10 €.

- 05.10.01 – Rendas - Terrenos
- 05.10.03 – Rendas – Habitações



Por sua vez, no **capítulo 07** Venda de bens e serviços correntes, propõe-se a inscrição das seguintes rubricas com valor residual de 10 €:

- 07010805 – Chapas de Matrícula - Solípedes
- 070199 – Outros
- 070207 – Alimentação e Alojamento
- 0702080301 – Serviços Culturais – Turismo Superior

Em relação às transferências correntes e de capital, ou seja capítulos 06 Transferências correntes e 10 Transferências de capital, as regras previsionais, definidas no POCAL, referem o seguinte:

*“b) As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efectiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, excepto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações de despesa, resultantes de uma previsão de valor superior ao da receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações; “*

*“c) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, até à publicação do Orçamento do Estado para o ano a que respeita o orçamento autárquico as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado, a considerar neste último orçamento, não podem ultrapassar as constantes do Orçamento do Estado em vigor, actualizadas com base na taxa de inflação prevista; “*

Considerando, que à data de elaboração do presente orçamento já está aprovado o Orçamento do Estado para 2015 e são conhecidos os valores nele inscritos, nomeadamente no Mapa XIX – Transferências para os Municípios, propõe-se inscrever os seguintes valores :

- FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro
  - Corrente – 2.670.084€
  - Capital – 296.676€
- Fundo Social Municipal (Corrente) – 111.848€
- Participação fixa de IRS (Corrente) – 176.341€



Na rubrica 06030199 Transferências provenientes da Administração Central – Outras, assume maior expressão as receitas provenientes de protocolos e compromissos estabelecidos com a Direção Geral do Estabelecimentos Escolares do Algarve, no âmbito da educação, bem como receitas provenientes de candidaturas ao Instituto de Emprego e Formação Profissional. Assim no âmbito da educação temos:

- Atividades de Enriquecimento Curricular
- Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar (Auxiliar de Educação + Refeições + Prolongamento)
- Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1.º Ciclo de Ensino Básico
- Transportes Escolares
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

No que respeita às receitas provenientes dos fundos comunitários, foram inscritos os valores a receber no próximo ano 2015, de acordo com a programação financeira das candidaturas em execução, nomeadamente:

→ **FEDER Corrente**

| Programa      | Designação do Projeto                                  | Obra/Empreitada                     | A RECEBER |
|---------------|--|-------------------------------------|-----------|
|               |  |                                     | 2015      |
| PO ALGARVE 21 | Reequipamento estratégico da Proteção Civil do Algarve | Equipamentos de Proteção Individual | 10.179,14 |

**Quadro 1** – Candidaturas aprovadas (FEDER Corrente)



→ **FEDER Capital**

| Programa                 | Designação do Projeto   | Obra/Empreitada  | A RECEBER    |
|--------------------------|---|--|--------------|
|                          |   |  | 2015         |
| INTERREG III-A           | CIDDSOL   | Espaço Multiusos do Azinhal  | 16.580,24    |
| INTERREG III-A           | TEE 3   | Área de Negócios do Sotavento Algarvio: Aquisição de Terrenos; Projeto de Execução das Infraestruturas; Promoção e Difusão | 62.880,88    |
| POCTEP - 1ª Convocatória | PIDETRANS   | Pólo Incubador de Empresas   | 402.500,00   |
| POCTEP - 1ª Convocatória | BG DESPORTO   | Equipamentos para o Parque Aventura do Baixo Guadiana  | 8.072,85     |
| POCTEP - 1ª Convocatória | GUADITER  | Empreitada de "Espaços Exteriores do Largo Santo António e do Largo da Conceição"  | 8.247,77     |
| POCTEP - 1ª Convocatória | ANDALBAGUA  | Empreitada de "Requalificação do Espaço Público de Almada D'Ouro"  | 147.933,47   |
| POCTEP - 2ª Convocatória | G+A   | Empreitada de "Requalificação do Espaço Público da Foz de Odeleite"  | 3.777,13     |
| POCTEP - 2ª Convocatória | UADITURS  | Conservação e restauro da Igreja de Santo António + Outras Prestações de Serviços  | 5.250,00     |
| POCTEP - 2ª Convocatória | TAG   | Construção e Ordenamento de Edifício do Centro de Apoio às Atividades Desportivas Radicais                                 | 40.806,01    |
| PO ALGARVE 21            | Reequipamento estratégico da Proteção Civil do Algarve          | Equipamento para base de apoio distrital e Veículo de Comando Tático   | 152.810,57   |
| PO ALGARVE 21            | CRM - Gestão de Relacionamento com os Municípios                | CRM - Gestão de Relacionamento com os Municípios   | 5.132,33     |
| PO ALGARVE 21            | E.M. Altura - Furnazinhas - Troço Eira Verde/Furnazinhas        | E.M. Altura - Furnazinhas - Troço Eira Verde/Furnazinhas   | 1.308.515,17 |
| PO ALGARVE 21            | Avenida Poente de Castro Marim (E.M. 125-6)                     | Avenida Poente de Castro Marim (E.M. 125-6)  | 34.278,40    |
| PO ALGARVE 21            | Valorização da EN 125-6 - Projeto                               | Elaboração de projeto de execução e procedimento de contratação  | 799,50       |
| PO ALGARVE 21            | Modernização Administrativa Castro Marim                        | Modernização Administrativa Castro Marim   | 143.741,05   |
| PO ALGARVE 21            | MA - Intermunicipal 2.0   | Mynet, Mydoc e faturas digitais  | 54.719,01    |
| PO ALGARVE 21            | Melhoria da EEIP no concelho de Castro Marim                    | Melhoria da EEIP no concelho de Castro Marim   | 80.000,00    |
| PO ALGARVE 21            | Valorização da EN 125-6 - Empreitada                            | Empreitada "Valorização da EN 125-6"   | 831.272,00   |
| PO ALGARVE 21            | Recuperação e Consolidação de Troço de Muralhas de Castro Marim | Empreitada   | 106.444,00   |
| INTERREG III-B           | ATLMEDIEVAL   | Dias Medievais   | 3.351,33     |

**Quadro 2 – Candidaturas aprovadas (FEDER Capital)**

→ **FUNDO DE COESÃO Capital**



| Programa | Designação do Projeto  | Obra/Empreitada  | A RECEBER |
|----------|--|--|-----------|
|          |  |  | 2015      |
| POVT     | Infraestruturas de Abastecimento de Água a Malhão, Monte Eucalipto e Maravelha | Infraestruturas de Abastecimento de Água a Malhão, Monte Eucalipto e Maravelha | 10.407,42 |

**Quadro 3 – Candidaturas aprovadas (FUNDO COESÃO Capital)**

→ **OE - PIDDAC**

| Programa          | Designação do Projeto                | Obra/Empreitada | A RECEBER  |
|-------------------|--------------------------------------|-----------------|------------|
|                   |                                      |                 | 2015       |
| Contrato-Programa | Biblioteca Municipal de Castro Marim | Diversos        | 276.252,00 |

**Quadro 4 – Candidaturas aprovadas (OE PIDDAC)**

→ **FUNDO EUROPEU DAS PESCAS (FEP) Capital**

| Programa | Designação do Projeto   | Obra/Empreitada                                  | A RECEBER  |
|----------|---|--|------------|
|          |   |  | 2015       |
| PROMAR   | Museu do Sal  | Construção da Casa do Sal e do Armazém do Sal    | 336.753,89 |
| PROMAR   | Modernização do Mercado de Altura                                       | Modernização do Mercado de Altura                | 224.389,34 |
| PROMAR   | Valorização/Requalificação da zona costeira do concelho de Castro Marim | Aquisição de equipamentos para limpeza de praias | 98.227,50  |

**Quadro 5 – Candidaturas aprovadas (FEP Capital)**



Com carácter residual, propõe-se inscrever a importância de 10€, nas seguintes rubricas:

- 06030602 – Fundo Social Europeu (Corrente)
- 060501 - Administração local – Continente.
- 10030104 – Cooperação Técnica e Financeira
- 10030199 - Outras
- 10030702 – Feader
- 100308 – Serviços e Fundos Autónomos

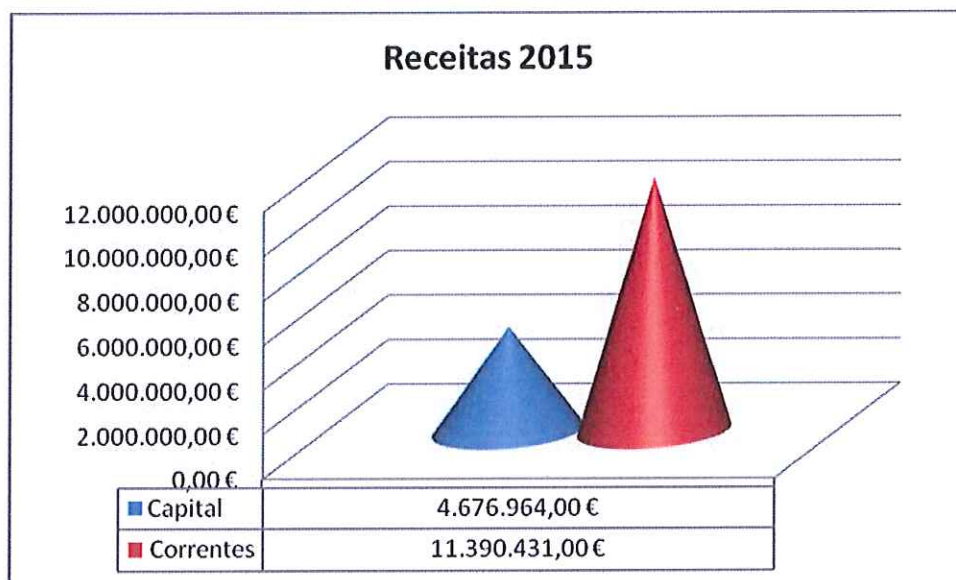
No **capítulo 09** – Venda de bens de investimento, seguiu-se de acordo com o preceituado no artigo 253º da Lei n.º83-C/2013 de 31 de Dezembro, inscrevendo-se como previsão de receita nesta rubrica apenas o valor correspondente à média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses, com a venda de bens de investimento.

Com carácter residual propõe-se a inscrição das seguintes rubricas, com o valor de 10€:

- 090101 – Venda de Bens de Investimento – Terrenos – Sociedades e quase-sociedades não financeiras;
- 090110 - Venda de Bens de Investimento – Terrenos – Famílias
- 09040101 - Venda de Outros Bens de Investimento - Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Equipamento de Transporte;
- 09041001 – Venda de Outros Bens de Investimento – Famílias – Equipamento de Transporte;

4

Em suma, em termos de receita temos:

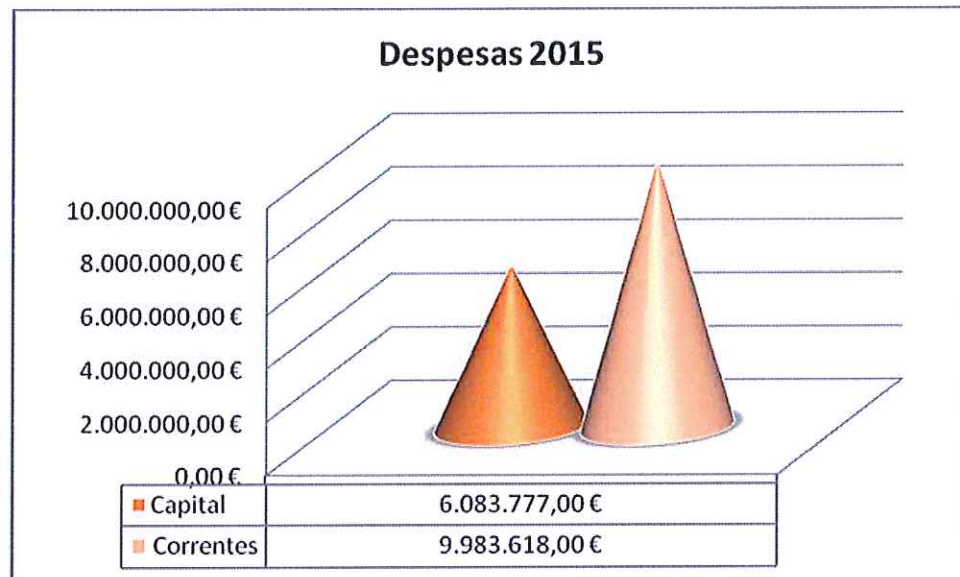


**Gráfico 1 – Receitas para 2015**

## 2. DESPESA

R

No que concerne à despesa propõe-se a seguinte distribuição:



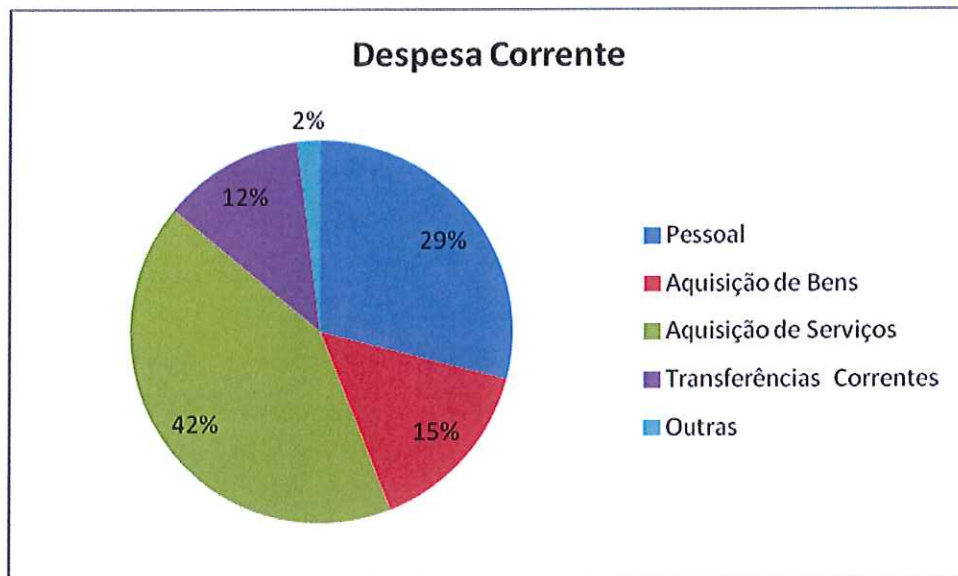
**Gráfico 2 – Despesas para 2015**

### 2.1. – Despesas Correntes

**Total      9.983.618 €**

Na dotação global do orçamento previsto para o ano 2015 as despesas correntes representam 62% do total da despesa inscrita.

Na estrutura da despesa corrente ganham particular destaque as despesas com pessoal, a aquisição de serviços, aquisição de bens não duradouros e as transferências correntes, as quais tem a seguinte representação no total da despesa corrente:



**Gráfico 3 – Despesa Corrente**

As despesas com pessoal apresentam um acréscimo, de 1,5%, quando comparadas com o orçamentado em 2014. Este aumento é justificado na sua totalidade com a contratação de trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais com o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Quanto ao valor estimado para 2015 em aquisição de Bens e Serviços, verifica-se uma redução de 18%, no cômputo destas despesas face ao ano anterior.

Importa salientar que, 30% do montante previsto de despesas correntes dizem respeito às Actividades Mais Relevantes (AMR). Neste sector das Grandes Opções do Plano, estão previstas despesas no âmbito da manutenção de espaços verdes e urbanos, realização de eventos desportivos e culturais, apoios e incentivos de carácter social, bem como os contratos programa com os clubes, associações do concelho, Empresa Municipal, entre outras.

No âmbito das AMR, verifica-se uma redução significativa de 17% no cômputo do valor das mesmas, praticamente transversal a todas as áreas.

## 2.2. Despesas de Capital



Total 6.083.777 €

As despesas de capital representam 38% do total do orçamento da Câmara Municipal, e repartem-se da seguinte forma:

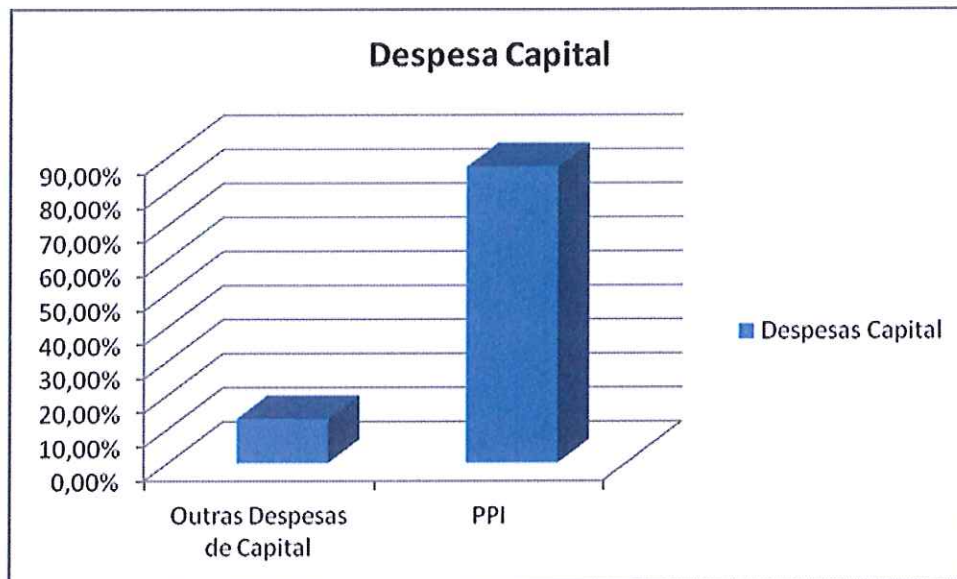
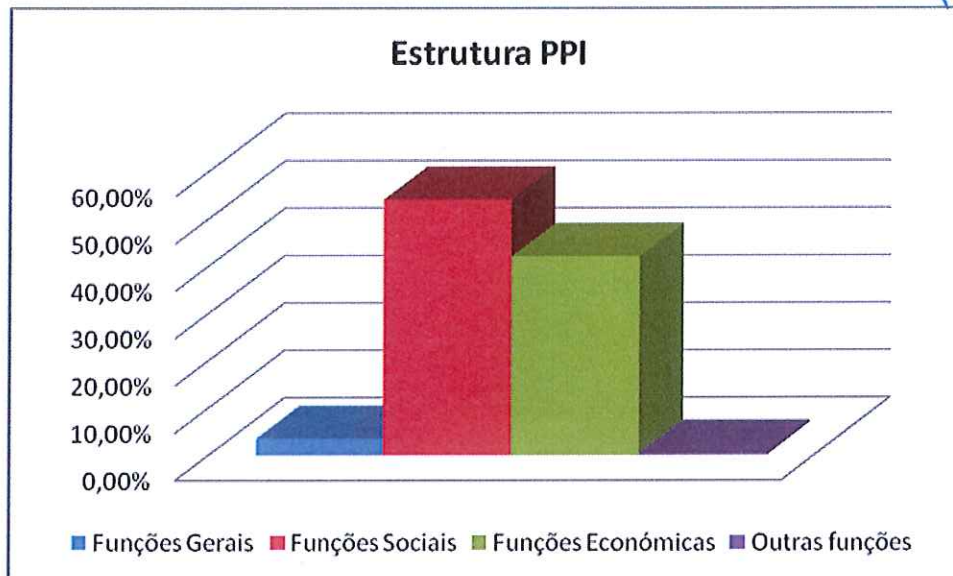


Gráfico 4 – Despesas de Capital

Em termos de investimento, assumem particular relevo, as funções sociais que absorvem 54% do valor do investimento, destacando-se neste âmbito as despesas com o Ordenamento do Território, com um valor de 1.114.159€, que compõe 21% do total do investimento, de onde se realça a empreitada designada por “Valorização da EN 125-6”.

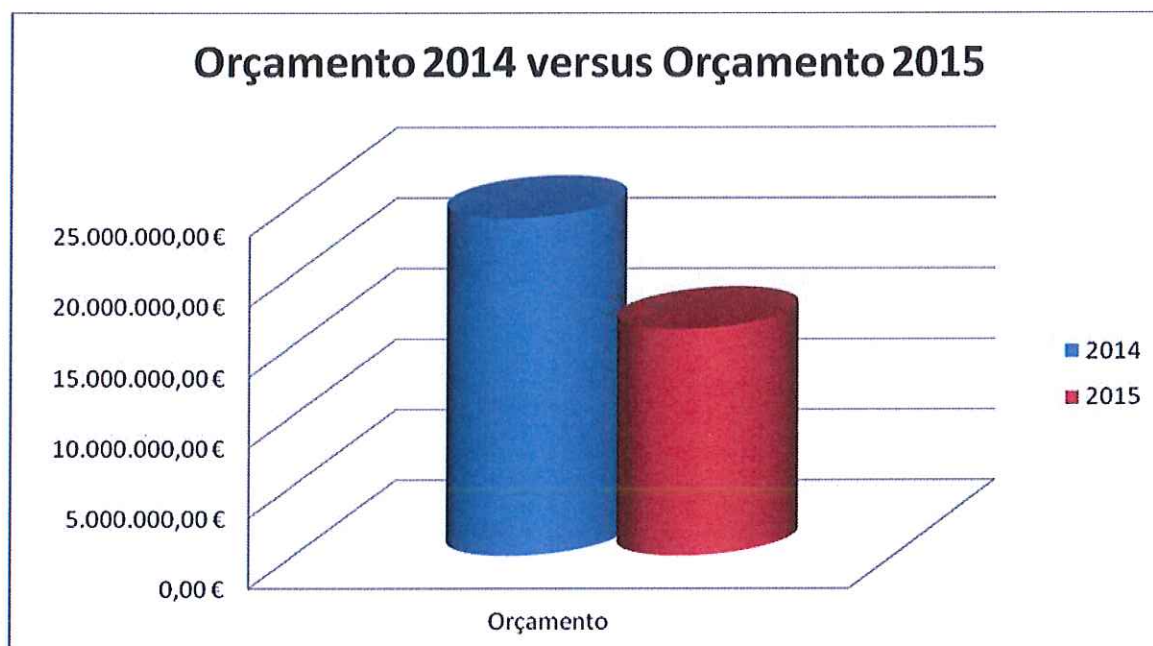
Assume ainda particular relevância o investimento com Abastecimento de Água o qual ascende a 660.504€, justificado em grande parte pela reconversão dos sistemas de abastecimento por fontanários para abastecimento domiciliário.

Seguem-se em termos de valor absoluto os montantes afetos às funções económicas, de onde ressaltam os investimentos previstos no âmbito da Rede Viária do concelho, que ascendem a 1.339.102 euros orçamentados para o ano de 2015. Neste programa destaca-se a construção da Estrada Municipal Altura Furnazinhas Troço entre Eira Verde e Monte Novo.



**Gráfico 5 – Estrutura do PPI**

E em suma, no cômputo geral do Orçamento para 2015, estamos perante uma redução na ordem dos 33%, face ao ano 2014.



**Gráfico 6 – Orçamento de 2014 versus Orçamento de 2015**

Castro Marim, 29 de Outubro de 2014,

O Presidente de Câmara,

Dr. Francisco Amaral